

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CATEGORIA MARXISTA DE FORMAÇÃO OMNILATERAL¹

MAGDA GISELA CRUZ DOS SANTOS²; CONCEIÇÃO PALUDO³

²PPGE / UFPel – magdacs81@yahoo.com.br

³PPGE / UFPel – c.paludo@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo destacar resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa tem por temática central a implementação da educação integral na escola pública, proposta pelo Programa Mais Educação do MEC. Com referência na categoria de formação integral de Marx (omnilateral) se pretende investigar 'as contradições presentes na implementação prática da concepção de educação integral, proposta pelo Programa Mais Educação no contexto investigado'. Para referida pesquisa se parte do pressuposto que compreender uma política pública requer investigar o significado que esta assume dentro do projeto de sociedade proposto pelo Estado, bem como as práticas sociais pelas quais é re-significada a sua implementação no contexto local.

A educação integral, em uma perspectiva marxista, apresenta-se como um dos elementos fundamentais para a construção de uma sociedade que supere as desigualdades políticas, sociais e econômicas, as quais o Estado capitalista ao longo de sua história esteve empenhado em reproduzir. Mais do que uma proposta de educação, resume um projeto de sociedade que tem como perspectiva a emancipação humana.

Neste sentido, justifica-se a necessidade de uma investigação acerca das contradições que se apresentam nas práticas que buscam implementar a educação integral, a partir de uma política pública à cargo do Estado capitalista.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar criticamente a proposta do Programa Mais Educação, evidenciando sua relação com as demais políticas de educação no atual contexto da sociedade brasileira e contribuir para que os sujeitos da pesquisa qualifiquem suas práticas na direção de uma educação integral (omnilateral), enquanto elemento de resistência à sociedade de classes e construção de um novo projeto social, pautado pela emancipação humana.

A pesquisa tem como principais referências MARX e ENGELS (2004; 2007), MANACORDA (2007), FRIGOTTO (2000; 2009), SHIROMA; MORAES e EVANGELISTA (2000), KRAWCZIK; ROSAR (2001), FREITAG (1980), AZEVEDO (2004) e TRIVIÑOS (1987).

2. MATERIAL E MÉTODOS

De acordo com a perspectiva adotada ao longo do projeto, propõe-se uma pesquisa fundamentada na abordagem materialista histórico dialética, compreendida enquanto uma concepção de mundo, um método e uma práxis. Conforme FRIGOTTO (p. 86, 2000) a busca por postura dialética materialista histórica *não se*

¹ Texto produzido no âmbito do grupo de pesquisa MovSE: Movimentos Sociais, Escola Pública e Educação Popular e do Projeto Observatório da Educação do Campo, em seu núcleo do Rio Grande do Sul, financiado pela CAPES/INEP.

limita a apreensão de um conjunto de categorias e conceitos. (...) Esse movimento é um movimento prático, empírico. Há, pois, a exigência necessária de uma concepção de realidade, um método capaz de desvendar as “leis” fundamentais que estruturam um problema que se investiga, da exposição orgânica dos avanços no conhecimento e de novas sínteses no plano da realidade histórica. Desta forma, mais do que investigar a concepção de educação integral do Programa Mais Educação, pretende-se investigar as relações materiais que condicionam esta proposição e sua implementação prática, ou seja, parte-se de uma análise sobre a materialidade desta categoria junto ao contexto investigado, procurando apreender o movimento histórico das relações que a constituem.

Para tanto, em uma perspectiva qualitativa, propõe-se um estudo de caso observacional, que segundo TRIVIÑOS (1987) tem por objeto uma “unidade” que se analisa profundamente em relação ao todo do qual é parte.

Neste sentido, durante a primeira etapa da pesquisa investigou-se os “processos e produtos” originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual o objeto de estudo está inserido, ou seja, a partir da análise de documentos e de estudo das referências teóricas, investigou-se as origens desta política pública, suas propostas, acordos, leis, regimentos e programas, bem como de outras políticas públicas relacionadas à mesma.

Em uma segunda etapa da coleta de dados, pretende-se realizar entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos envolvidos no programa – professores, monitores, estudantes e coordenadores – e a “observação livre”, sobre as práticas e ações dos sujeitos em suas atividades junto ao programa.

Na terceira etapa, pretende-se investigar os “elementos produzidos pelo meio” do qual o objeto de estudo faz parte e que apresentam alguma informação relevante sobre o mesmo, como por exemplo, planejamentos, atividades, programações, regimentos, publicações, etc.

No momento seguinte a coleta de dados pretende-se concluir a etapa de análise com a finalização da interpretação dos dados e exposição dos resultados, já que, de acordo com a perspectiva apresentada por TRIVIÑOS (1987), a coleta e análise de dados em uma pesquisa qualitativa, são etapas que se retroalimentam constantemente ao longo da pesquisa, pois ao ser descrito um dado da pesquisa, é também explicado e compreendido, avançando na etapa de sua análise. Neste sentido, a interpretação e análise dos dados, são iniciadas com o próprio movimento de coleta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos estudos teóricos realizados até momento e na análise de documentos disponibilizados pelo MEC e INEP sobre as atuais políticas educacionais, entre elas, o Programa Mais Educação, observou-se a necessidade de uma abordagem que procure compreender a forma dialética como as determinações globais e as especificidades locais relacionam-se na implementação da referida política pública.

De acordo com a concepção marxista destacada por SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA (2000), entende-se que a política pública representa uma ação do Estado pautada pela correlação de forças dos diferentes grupos que compõem o contexto social do qual esta emerge e no qual será aplicada. Entretanto, conforme destaca AZEVEDO (2004), é preciso compreender as políticas educacionais como resultado da prática social, sendo que em sua proposição articulam-se a determinado projeto de sociedade e em sua implementação são re-significadas de

acordo com as especificidades históricas e o sistema de significações do contexto em que é aplicada.

Neste sentido, a partir de uma investigação sobre a forma dual como o sistema público brasileiro de ensino vem organizando-se ao longo dos anos - reproduzindo e instituindo a divisão entre formação intelectual e formação técnica - observou-se que esta resulta do modelo de produção capitalista que, conforme destaca Marx (2004), estabeleceu a divisão social do trabalho entre trabalho manual e intelectual, a nível macro na sociedade e também nas unidades produtivas.

Para Marx (2004, p.24), “a divisão social do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre trabalho material e intelectual”, momento em que pode instituir-se a separação entre a consciência e prática social. Desta forma, a “atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo”, cabem a indivíduos de classes distintas. Esta divisão do trabalho é para Marx, a origem de todas as demais contradições da sociedade capitalista e instituiu também a formação unilateral dos trabalhadores.

Em oposição a esta formação unilateral, Marx (2009) propõe a unidade entre teoria e prática, não apenas no local do trabalho, mas em toda a atividade social. O autor concebe a reintegração da teoria e da prática como a possibilidade da “manifestação plena e total de si mesmo, independente das ocupações específicas que cada indivíduo exerce” (MANACORDA, 2007, p.48). Somente a partir desta unidade entre formação intelectual e formação manual aliada a prática social é que Marx considera possível uma formação omnilateral, pela qual os sujeitos alcancem a compreensão sobre a totalidade do processo social do qual fazem parte.

No Brasil, o Movimento Comunista foi quem primeiro defendeu a educação nesta perspectiva, a partir do final da década de 1910 e início da década de 1920, sob forte influência da Revolução Socialista de 1917 da Rússia (GHIRALDELLI, 1986). Entretanto, observa-se que quando a educação integral se apresenta a cargo do Estado capitalista, a exemplo de políticas propostas a partir da década de 1950 que defendiam a educação integral na escola pública brasileira, tende-se a incorporar outras demandas sociais que não a formação omnilateral inicialmente defendida pelo movimento Comunista.

Atualmente, o Programa Mais Educação constitui uma das propostas do MEC para a qualificação da Educação Básica no Brasil, promovendo a Educação Integral - a partir da Escola de Tempo Integral - em escolas de centros urbanos em situação de vulnerabilidade social e com baixo nível no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Neste sentido, observa-se a necessidade de uma compreensão mais aprofundada sobre a concepção de Educação Integral difundida e concretizada pelo programa, investigando-se as contradições que se apresentam junto às práticas cotidianas que propõem a sua implementação no contexto investigado.

4. CONCLUSÕES

Embora em diferentes contextos e época, a concepção de Marx sobre Estado, sociedade e educação, apresenta importantes contribuições para a reflexão sobre o momento atual da sociedade capitalista e as políticas públicas educacionais. Sua concepção de “formação omnilateral” apresenta-se como elemento fundamental na formação não apenas do “novo homem”, mas de uma nova sociedade. Ao recuperar a integralidade da formação humana, Marx propunha recuperar a integralidade de toda a sociedade, fragmentada pelo sistema capitalista. Este modelo de formação, vinculado a uma concepção de sociedade e a uma prática social, propunha muito mais do que a formação pluriprofissional defendida pelos capitalistas da época. Em

sua categoria de educação omnilateral, Marx propunha a união entre formação técnica e formação intelectual, como forma de atingir a compreensão sobre a totalidade do processo produtivo e das relações sociais que determinam o modelo social dominante. Trata-se de uma educação visando à emancipação humana na construção de uma nova sociedade. Como se observa esta é uma discussão que ainda atualmente possibilita a reflexão quanto ao tipo de educação que o Estado capitalista deseja oferecer às classes populares.

A Educação Integral tem sido apresentada junto às políticas públicas educacionais, como um elemento de importância fundamental na qualificação do ensino público e, portanto, da formação dos sujeitos. No entanto, cabe questionarmos a que reais interesses esta proposição está relacionada e, ainda, se em sua implementação instituem-se processos educativos que servem como elemento de resistência e superação do modelo desigual de sociedade, ou se constitui, apenas, uma necessidade de reorganização das práticas educativas junto às classes populares como elemento de reorganização do capital?

Neste sentido, investigar as contradições que permeiam as práticas pelas quais se operacionaliza uma política pública que propõe instituir a Educação Integral, nas escolas públicas de classe popular, assume importância para análise das possibilidades de resistência e construção de novas práticas e alternativas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania. **Programa Mais Educação: Passo a Passo**. Disponível em <portal.mec.gov.br> acesso em 20 de agosto de 2010.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. SP, Cortez, 2000. p. 71-90.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias**. Revista de Ciências da Educação. nº 9, mai / ago, 2009.
- GHIRALDELLI Jr, Paulo. **Movimento Operário e Educação Popular na Primeira República**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (57): 30-38, maio 1986.
- KRAWCZYK, Nora; ROSAR, Maria de Fátima. **Diferenças de homogeneidade: elementos para o estudo da política educacional na América Latina**. Dossiê Políticas Educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, ano XXI, nº 75, agos., 2001
- MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia Moderna**. Tradução: Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Ed. WMF Martins Fontes. 2007.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.